

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810331

Processo nº **0018405-52.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Em face da documentação acostada à petição inicial, **CONCEDO** ao(à) requerente(s), com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei n. 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei n. 7.115/83, e o art. 2º, da Lei Estadual n. 11.404/96, os benefícios da assistência judiciária por ele(a)s demandado(a)s na referida peça de ingresso, e, por conseguinte, **NOMEIO** como seu(sua)s assistente(s) judiciário(a)s o(a)s ilustre(s) advogado(a)s e/ou defensor(a) público(a) que a subscreveu.

2. Sem o pagamento, pois, de custas e de taxa judiciária, previstas na Lei Estadual n. 11.404/96.

3. Inicialmente, tenho por bem determinar a produção antecipada de prova pericial (art. 370, *caput*, CPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do CPC, “*A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito*”.

4. Esclareço, ademais, que, adotando a medida acima, replico procedimento há muito já adotado por este Juízo, através da promoção de mutirões, nos quais se realizam perícias a fim de se aferir o grau de debilidade da parte **DEMANDANTE**.

5. Assim, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043**, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, **independentemente de compromisso**, atuar no presente procedimento como **perito oficial**, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.

**5.1. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC.**

5.2. Fixo o valor dos honorários periciais em **R\$ 300,00** (trezentos reais), em favor do perito oficial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme Convênio nº 014/2017.

5.3. A perícia será realizada no **dia 25/05/2020, às 09h10**, no consultório do Sr. Médico perito, acima especificado, o qual fica localizado na **Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE.**

5.4. **INTIMEM-SE** as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da data, hora e lugar da realização da perícia, **devendo a CAUSÍDICA da parte AUTORA, diante da conjuntura atual do COVID-19, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo da data e hora para comparecimento, ADVERTINDO-O DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO.**

5.5. Caso o perito entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista.

5.6. **O laudo respectivo deverá ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos.**

5.7. Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações:

- Há lesão cuja etiologia (origem casual) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- Qual(quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?



- c) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais?
- d) Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.
- e) Faz-se necessário exame complementar?
- f) Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)?
6. Com a juntada aos autos do laudo pericial, **INTIME-SE a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC e Convênio Nº 014/2017, efetue, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, mediante depósito judicial.
7. Intimem-se e cumpra-se, como devido.

Recife/PE, 8 de abril de 2020.

**JOSÉ RONEMBERG TRAVASSOS SILVA**  
Juiz de Direito

mpr



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001

AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) **CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO** - CPF: 906.722.914-87.

RECIFE, 23 de abril de 2020.

**JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 60420849 proferido nos autos do processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001 da Seção A da 19ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA contra RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., fica a V.S.<sup>a</sup> notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

“... **DESPACHO/DECISÃO** 1. Em face da documentação acostada à petição inicial, **CONCEDO** ao(à) requerente(s), com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei n. 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei n. 7.115/83, e o art. 2º, da Lei Estadual n. 11.404/96, os benefícios da assistência judiciária por ele(a)(s) demandado(a)(s) na referida peça de ingresso, e, por conseguinte, **NOMEIO** como seu(sua)(s) assistente(s) judiciário(a)(s) o(a)(s) ilustre(s) advogado(a)(s) e/ou defensor(a) público(a) que a subscreveu. 2. Sem o pagamento, pois, de custas e de taxa judiciária, previstas na Lei Estadual n. 11.404/96. 3. Inicialmente, tenho por bem determinar a produção antecipada de prova pericial (art. 370, caput, CPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do CPC, “A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito”. 4. Esclareço, ademais, que, adotando a medida acima, replico procedimento há muito já adotado por este Juízo, através da promoção de mutirões, nos quais se realizam perícias a fim de se aferir o grau de debilidade da parte DEMANDANTE. **5. Assim, NOMEIO para realização da prova pericial o médico CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74.** 5.1. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC. 5.2. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do perito oficial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme Convênio nº 014/2017. 5.3. A perícia será realizada no dia 25/05/2020, às 09h10, no consultório do Sr. Médico perito, acima especificado, o qual fica localizado na Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE. 5.4. INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da data, hora e lugar da realização da perícia, devendo a CAUSÍDICA da parte AUTORA, diante da conjuntura atual do COVID-19, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo da data e hora para comparecimento, ADVERTINDO-O DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO. 5.5. Caso o perito entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista. 5.6. O laudo respectivo deverá ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. 5.7. Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações: a) Há lesão cuja etiologia (origem casual) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? b) Qual(quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? c) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais? d) Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima. e) Faz-se necessário exame complementar? f) Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is)



a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? 6. Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC e Convênio Nº 014/2017, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial. 7. Intimem-se e cumpra-se, como devido. Recife/PE, 8 de abril de 2020. JOSÉ RONEMBERG TRAVASSOS SILVA Juiz de Direito ...“

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 23 de abril de 2020.  
**JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 19ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 60420849, conforme segue transcrito abaixo:

" **DESPACHO/DECISÃO** 1. Em face da documentação acostada à petição inicial, **CONCEDO** ao(à) requerente(s), com fundamento nos termos dos arts. 1º e seguintes, da Lei n. 1.060/50, c/c os arts. 1º e seguintes, da Lei n. 7.115/83, e o art. 2º, da Lei Estadual n. 11.404/96, os benefícios da assistência judiciária por ele(a)(s) demandado(a)(s) na referida peça de ingresso, e, por conseguinte, **NOMEIO** como seu(sua)(s) assistente(s) judiciário(a)(s) o(a)(s) ilustre(s) advogado(a)(s) e/ou defensor(a) público(a) que a subscreveu. 2. Sem o pagamento, pois, de custas e de taxa judiciária, previstas na Lei Estadual n. 11.404/96. 3. Inicialmente, tenho por bem determinar a produção antecipada de prova pericial (art. 370, caput, CPC), indispensável para o deslinde do feito, conforme estabelecido no art. 5, §5º da lei 6.194/1974, uma vez que, nos termos do art. 381 do CPC, "A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito". 4. Esclareço, ademais, que, adotando a medida acima, replico procedimento há muito já adotado por este Juízo, através da promoção de mutirões, nos quais se realizam perícias a fim de se aferir o grau de debilidade da parte **DEMANDANTE**. 5. Assim, **NOMEIO** para realização da prova pericial o médico **CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO**, CRM-PE 14043, com endereço e demais dados pessoais já do conhecimento da Secretaria deste Juízo, para, independentemente de compromisso, atuar no presente procedimento como perito oficial, objetivando a realização de perícia médica para verificação e quantificação da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, no tocante à pessoa do(a) demandante, em conformidade com a Lei n. 6.194/74. 5.1. Intimem-se as partes para que tomem conhecimento da indicação do perito e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indiquem os assistentes técnicos e apresentem os quesitos, como dispõe o art. 465, §1º, do CPC. 5.2. Fixo o valor dos honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), em favor do perito oficial, valor este a ser custeado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT em razão do seu compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme Convênio nº 014/2017. 5.3. A perícia será realizada no dia 25/05/2020, às 09h10, no consultório do Sr. Médico perito, acima especificado, o qual fica localizado na Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE. 5.4. **INTIMEM-SE** as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da data, hora e lugar da realização da perícia, devendo a **CAUSÍDICA** da parte **AUTORA**, diante da conjuntura atual do COVID-19, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo da data e hora para comparecimento, **ADVERTINDO-O DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO**. 5.5. Caso o perito entenda necessário, notifiquem-se a quem de direito para fornecer os elementos necessários à elaboração do laudo por parte do referido especialista. 5.6. O laudo respectivo deverá ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, digitado ou em letra de forma (resolução 1601/2000, CFM, art. 39 e Código de Ética Médica, 3º Capítulo, art. 11), a contar da data indicada para início dos trabalhos. 5.7. Com fulcro no art. 470, II do CPC, formulo como quesitos do juízo as seguintes indagações: a) Há lesão cuja etiologia (origem casual) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? b) Qual(quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? c) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? Quais? d) Pelo exame médico legal, pode-se afirmar que as lesões resultaram em dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s)? Em caso positivo, informar quais as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima. e) Faz-se necessário exame complementar? f) Promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento e que sejam geradoras de anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), em conformidade com a Lei 11.945/2009 e o seu segundo anexo, indicando se: (i) o dano é total ou parcial? (ii) Sendo parcial, se é completo ou



*incompleto? (iii) e informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, em conformidade com a alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, correlacionando o percentual do seu respectivo dano, em cada segmento corporal, esclarecendo se a repercussão do dano é residual (10%), leve (25%), média (50%), ou intensa (75%)? 6. Com a juntada aos autos do laudo pericial, INTIME-SE a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT para que, em conformidade com o compromisso firmado perante com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, consoante os termos da resposta ao Ofício nº 005/2015 – CGSRCAC e Convênio Nº 014/2017, efetue, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da sua intimação, o pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), mediante depósito judicial. 7. Intimem-se e cumpra-se, como devido. Recife/PE, 8 de abril de 2020. JOSÉ RONENBERG TRAVASSOS SILVA Juiz de Direito "*

RECIFE, 23 de abril de 2020.  
**JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810331

Processo nº **0018405-52.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Diante da conjuntura atual do COVID-19, não havendo garantia de volta à normalidade até o dia 25/05/2020, a pedido do médico perito nomeado nos autos, Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, por questões de segurança para todos os envolvidos, **entendo por bem REMARCAR todas as perícias DPVAT inicialmente agendadas para dia 25/05/2020.**
2. Assim, fica a perícia médica a ser realizada nos presentes autos remarcada para o **dia 24/08/2020, às 09h10**, no consultório do Sr. Médico perito Dr. **CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043**, o qual fica localizado na **Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE.**
3. INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da nova data, **devendo o(a) CAUSÍDICO(A) da parte AUTORA, diante da conjuntura atual do COVID-19 e da proximidade da data anterior da perícia, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo do reagendamento.**
4. No mais, tendo em vista o lapso temporal de quase quatro meses até a nova data para a perícia, **as partes devem ser intimadas também pessoalmente,** ficando a parte AUTORA, desde já, **ADVERTIDA DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO.**
5. Intimem-se e cumpra-se, como devido.

Recife/PE, 30 de abril de 2020.

**JOSÉ RONENBERG TRAVASSOS DA SILVA**

Juiz de Direito

mpr





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PERITO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 19ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Despacho de ID 61275512, conforme segue transcrito abaixo:

" **DESPACHO/DECISÃO** 1. Diante da conjuntura atual do COVID-19, não havendo garantia de volta à normalidade até o dia 25/05/2020, a pedido do médico perito nomeado nos autos, Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, por questões de segurança para todos os envolvidos, entendo por bem REMARCAR todas as perícias DPVAT inicialmente agendadas para dia 25/05/2020. **2. Assim, fica a perícia médica a ser realizada nos presentes autos remarcada para o dia 24/08/2020, às 09h10, no consultório do Sr. Médico perito Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043, o qual fica localizado na Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE.** 3. INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da nova data, devendo o(a) CAUSÍDICO(A) da parte AUTORA, diante da conjuntura atual do COVID-19 e da proximidade da data anterior da perícia, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo do reagendamento. 4. No mais, tendo em vista o lapso temporal de quase quatro meses até a nova data para a perícia, as partes devem ser intimadas também pessoalmente, ficando a parte AUTORA, desde já, ADVERTIDA DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO. 5. Intimem-se e cumpra-se, como devido. Recife/PE, 30 de abril de 2020. JOSÉ RONENBERG TRAVASSOS DA SILVA Juiz de Direito "

RECIFE, 30 de abril de 2020.

**JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0018405-52.2020.8.17.2001  
AUTOR: ANDRE SEVERINO DA SILVA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 19ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 61275512, conforme segue transcrito abaixo:

" **DESPACHO/DECISÃO** 1. Diante da conjuntura atual do COVID-19, não havendo garantia de volta à normalidade até o dia 25/05/2020, a pedido do médico perito nomeado nos autos, Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, por questões de segurança para todos os envolvidos, entendo por bem REMARCAR todas as perícias DPVAT inicialmente agendadas para dia 25/05/2020. **2. Assim, fica a perícia médica a ser realizada nos presentes autos remarcada para o dia 24/08/2020, às 09h10, no consultório do Sr. Médico perito Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043, o qual fica localizado na Rua do Chacon, nº 274, Empresarial Casa Forte Corporate, sala 209, Poço da Panela, CEP: 52061-400, Recife-PE.** 3. INTIMEM-SE as partes para que tomem conhecimento (CPC, art. 474) da nova data, **devendo o(a) CAUSÍDICO(A) da parte AUTORA, diante da conjuntura atual do COVID-19 e da proximidade da data anterior da perícia, entrar em contato diretamente com o seu cliente para informá-lo do reagendamento.** 4. No mais, tendo em vista o lapso temporal de quase quatro meses até a nova data para a perícia, as partes devem ser intimadas também pessoalmente, ficando a parte AUTORA, desde já, ADVERTIDA DE QUE DEVERÁ COMPARECER, NO DIA E HORA DESIGNADOS, MUNIDO DOS EXAMES PERTINENTES QUE JÁ HOUVER REALIZADO. 5. Intimem-se e cumpra-se, como devido. Recife/PE, 30 de abril de 2020. JOSÉ RONENBERG TRAVASSOS DA SILVA Juiz de Direito"

RECIFE, 30 de abril de 2020.

**JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU**  
Diretoria Cível do 1º Grau

